

Primatas e Políticos: Uma Perspetiva Biopolítica da Democracia

Paulo Finuras*

Resumo

A democracia não é a regra das sociedades humanas nem o seu ponto de partida desde que deixámos de ser caçadores-recolectores e perdemos o *ethos* igualitário. Este artigo apresenta e analisa numa perspetiva biopolítica da nossa vertente primata implícita nos regimes democráticos e o motivo pelo qual se deve falar em *graus de democratização* e não de *democracias absolutas*.

Palavras-chave: biopolítica, democracia, evolução, poliarquia, primatas

Abstract

Democracy is not the rule in human societies or even is starting point since we stop to be hunting and gathering beings and lost our egalitarian ethos. This paper presents and analyzes in a biopolitical perspective our primate dimension implicit in our democratic regimes and the reasons by which we should talk about *democratic degrees* instead of *absolute democracies*.

Keywords: biopolitics, democracy, evolution, polyarchy, primates

* Doutor em Ciência Política. Investigador do CICPRIS

197

*A tendência do homem para a justiça
torna a democracia possível,
mas a capacidade do homem para a injustiça
torna-a necessária*
Reinhold Niebuhr

Até que ponto a *democracia plena* é a regra dominante das sociedades humanas? Se normalmente nos referirmos quer às *vagas da democracia* quer ao facto de que a democracia é algo que os países *procuram alcançar*, então teremos de admitir, implicitamente, que a democracia não é o ponto de partida das sociedades humanas. Pode ser, quanto muito, o de *chegada*; e mesmo assim, uma vez alcançado, não é irrevogável.

A democracia deve ser encarada, portanto e antes de mais, como uma ideia e uma prática que possui diferentes *graus* e não a *regra* ou o *ponto de partida* das sociedades humanas. Trata-se ainda de uma exceção derivada das nossas características de primatas sociais e políticos.

As evidências e a nossa história comum, enquanto espécie, sugerem que a nossa propensão natural tende para a construção de estruturas hierárquicas baseadas na dominação e na submissão que, de resto, também se refletem nas sociedades democráticas.

É verdade que muitos significados se congregam na palavra e no conceito de *democracia* tornando difícil uma definição consensual e não é menos verdade que parece ser ainda mais difícil obter um consenso sobre como *medir a democracia*. Desde logo porque há várias definições de democracia havendo um intenso debate sobre o assunto e embora os termos *liberdade* e *democracia* sejam frequentemente usados alternadamente, os dois não são sinónimos. A democracia pode ser vista essencialmente como um conjunto de práticas e princípios institucionalizados que, em última análise, protegem a liberdade. Atualmente, a maioria dos observadores concordaria que a democracia inclui, no mínimo, as características fundamentais de uma prática baseada na regra da maioria, o consentimento dos governados, a existência de eleições consideradas livres e justas, a proteção das minorias, a liberdade de

198 associação e de expressão (liberdades civis) e o respeito pelos direitos humanos fundamentais¹.

De resto, desde há algum tempo que os biólogos investigam a forma e os mecanismos que os animais mais próximos de nós (macacos) utilizam no processo de decisão na direção a tomar quando andam em grupo, algo que pode decidir entre viver ou morrer. Uma vez que os macacos, habitualmente em bandos de 20 a 30 elementos, não podem seguir cada um para seu lado, ou poriam em causa a sobrevivência do grupo e deste modo de cada um dos seus membros, criaram um mecanismo de tomada de decisão que consiste no seguinte. Quando um dos elementos do grupo se distancia e descobre algo que pode interessar ao grupo (alimento, por exemplo) pára e fica a olhar para os restantes elementos. Os outros animais rapidamente o seguem e a decisão está tomada de forma simples, dependendo da iniciativa de um dos membros. Contudo, quando dois elementos com motivações distintas partem em direções opostas, a situação complica-se. De acordo com os estudos do Centro de Primatologia de Estrasburgo, nestas situações, cada um dos elementos que toma a decisão de afastar-se do grupo fica na expectativa de que os restantes membros o sigam; uns irão atrás de um e outros atrás do outro, ganhando o subgrupo mais numeroso. Isto é, os primatas, literalmente, *contam* os membros de animais em cada um dos *subgrupos* e a minoria segue a maioria, independentemente da motivação que deu início à movimentação. Encontramos aqui um princípio básico da democracia nas nossas sociedades: é a maioria quem decide. Isto significa que o princípio da maioria (e, por esta via, do mais forte) é mais antigo do que a democracia inspirada pela Grécia Antiga, como nos ensinam os livros de História. De resto, este princípio básico de supremacia da maioria nas decisões parece também estar presente nos veados (De Waal, 2010) e é este comportamento que lança as bases de uma *decisão democrática*. Deste modo, o princípio da decisão com base na maioria parece estar profundamente enraizado na história

1. Para o politólogo Robert Dahl, por exemplo, existem essencialmente oito requisitos que caracterizam uma democracia plena: 1) quase todos os cidadãos adultos têm o direito de voto; 2) quase todos os cidadãos adultos são elegíveis para cargos públicos; 3) os líderes políticos têm o direito de disputar votos; 4) as eleições são livres e justas; 5) todos os cidadãos são livres para formar e aderir a partidos políticos e outras organizações; 6) todos os cidadãos são livres para se expressar sobre todas as questões políticas; 7) existem diversas fontes de informação sobre política e são protegidas por lei; 8) as políticas de governo dependem de votos e outras expressões de preferência.

da nossa evolução, não sendo tão exclusivo e intrinsecamente humano como possamos julgar.

Mas a Democracia pressupõe ainda igualdade perante a lei, o funcionamento correto e em tempo razoável dos processos legais e judiciários e o pluralismo político. É isto que constitui o que podemos considerar uma *democracia plena*. Como é fácil de ver, nem todas as democracias, mesmo que assim se designem, são-no de facto, ainda que no papel o procurem transmitir ou instituem um aparato que é fundamentalmente aparente. Talvez a democracia deva ser usada como designação de referência (aquilo que desejamos) e a correta designação dos diferentes arranjos institucionais em que vivemos se devesse chamar *poliarquia*².

Quantas democracias existem realmente no mundo e até que ponto a *democracia plena* é a regra dominante das sociedades humanas? Basta atentarmos que o simples facto de referirmos que temos assistido a várias vagas da democracia e que os países *a procuram* alcançar para imediatamente admitirmos, implicitamente, que a democracia não é o ponto de partida das sociedades humanas. Pode ser, quanto muito, o de chegada; e mesmo uma vez alcançado, não é irrevogável.

Existem vários estudos sobre o estado da democracia a nível mundial. Por exemplo, os trabalhos editados por LeDuc, Niemi e Norris (2009 e 2014), intitulados *Comparing Democracies*, apresentam uma classificação para 190 países/regimes em 2009 conforme algumas categorias, nomeadamente: *autocracias absolutas* (6 países), *autocracias eleitorais* (65 países), *democracias eleitorais com direitos políticos e liberdades civis limitadas* (32 países) e, finalmente, as designadas *democracias liberais* (88 países). Isto significa que, dos 190 Estados analisados, apenas 46% encaixam no conceito de *democracia plena*, completa ou sem limitações. Outros estudos, ainda mais recentes (2011 a

2. *Poliarquia* é um conceito que surgiu no âmbito da ciência política, criado por Robert Dahl, para designar a forma e o modo como funcionam os regimes democráticos dos países ocidentais desenvolvidos. O conceito tem o mérito de permitir que a ciência social efetue uma análise mais realista dos regimes democráticos existentes, uma vez que, a partir desse conceito, torna-se possível estabelecer *graus de democratização* e, desse modo, avaliar e comparar os regimes políticos.

200 2013), realizados pela organização *Freedom House*³ e pela revista *The Economist*, apresentam resultados convergentes para 165 países, que correspondem, do ponto de vista demográfico, à esmagadora maioria da população mundial. Nesta fotografia ao estado da democracia mundial, várias evidências se destacam. Não obstante quase metade dos países no mundo poderem considerar-se *democracias*, o número das chamadas *democracias plenas* em 2012 é relativamente baixo, com apenas 28 países (quando eram 29 em 1995). Para os investigadores da *The Economist*, quase o dobro dos países (54) são classificados como *democracias com falhas* e, dos restantes 85 países, 55 (65%) são considerados *regimes autocráticos*, sendo os demais 30 regimes *híbridos*. Concluímos, assim, que apenas 13% da população mundial (cerca de 910.000 pessoas) vivem em *democracias plenas* e que mais de 40% ainda vive sob regimes autoritários⁴. O facto de reconhecermos que, enquanto primatas humanos, nos inclinamos mais para as estruturas autoritárias do que para as estruturas democráticas não pretende nem deve ser entendido como um juízo final ou um *fado*. Pelo contrário. Acreditamos que estando conscientes das nossas propensões naturais, então, e apenas então, podemos pensar realisticamente qual poderá ser a melhor forma de combater essas mesmas tendências. Relembrando Robin Fox (1989: 14), no seu livro *The Search for Society*, «(...) se os portadores das más notícias têm alguma esperança para oferecer, é que enfrentando as verdades desagradáveis estaremos melhor do que se as ignorarmos, pois mesmo que a humanidade não possa alcançar a perfeição, talvez possa aprender a viver mais tolerante com as suas imperfeições».

-
3. No último estudo da *Freedom House*, relativo a 2013, entre os 195 países analisados, 90 eram considerados *sociedades livres*, ou seja, 46% dos Estados existentes, correspondendo a 42% da população mundial; 58 eram *parcialmente livres* (30% do total), correspondendo a 23% da população mundial, sendo 47 os *países não-livres* (24%), correspondendo a 34% da população mundial. Em resumo, menos de metade da população mundial (42%) vive em países livres. Já em 2016, segundo a mesma organização, 40 % da população mundial (2.880.000 habitantes) é considerada *livre*, 24% (1.728.000) *parcialmente livre* e mais de um terço, ou mais especificamente 36%, equivalente a 2.592.000 habitantes, não vive em liberdade.
 4. Não deixa de ser irónico que dois dos países que nos vários estudos existentes, ocupam os últimos lugares no *ranking* das democracias possuam o termo na sua designação: a República Democrática do Congo e a República Democrática da Coreia do Norte.

Bibliografia Principal

201

- Axelrod, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books.
- Barkow, J. (2005). *Darwin, Sex and Prestige*. Princeton: Princeton University Press.
- Brewer, M. & Caporael, L. (1996). "Reviving Evolutionary Psychology: Biology Meets Society". *Journal of Social Issues*, vol. 47, nº 3, pp. 187–195.
- Buss, D. (2005). *Evolutionary Psychology: The New Science of the Mind*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Dahl, R. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition*. Yale: Yale University Press.
- Dahl, R. (1991). *On Democracy*. Yale: Yale University Press.
- De Wall, F. (2013). *The Bonobo and the Atheist: In Search of Humanism Among the Primates*. New York: W.W. Norton & Co.
- Dobzhansky, T. (1962). *Mankind Evolving*. Yale: Yale University Press.
- Dubreuil, B. (2010). *Human Evolution and the Origins of Hierarquies*. New York: Cambridge University Press.
- Fox, R. (1989). *The Search for Society: Quest for a Biosocial Science and Morality*. New York: Basic Books.
- Fukuyama, F. (2012). *As Origens da Ordem Política*. Lisboa: Dom Quixote.
- Fukuyama, F. (2014). *Political Order and Political Decay*. London: Profile Books.
- Laxer, J. (2009). *Democracy*. Toronto: Groundwood Books.
- LeDuc, L.; Niemi, R.G. & Norris, P. (eds.) (2009). *Comparing Democracies 3. Elections and Voting in a Changing World*. London: Sage Publications.
- LeDuc, L.; Niemi, R.G. & Norris, P. (eds.) (2014). *Comparing Democracies 4. Elections and Voting in a Changing World*. London: Sage Publications.
- Masters, R.D. (1989). *The Nature of Politics*. New Haven: Yale University Press.
- Peterson, S. (1990). *Political Behaviour: Patterns in Everyday Life*. London: Sage Publications.
- Richerson, P.J. & Boyd, R. (2006). *Not by Genes Alone: How Culture Transformed Human Evolution*. New York. Oxford University Press.
- Rubin, P. (2002). *Darwinian Politics: The Evolutionary Origin of Freedom*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Somit, A. & Peterson, S.A. (1997). *Darwinism, Dominance, and Democracy*. Westport: Praeger.

- 202 Somit, A. & Peterson, S.A. (2009). *The Failure of Democratic Nation Building – Ideology Meets Evolution*. New York: Palgrave.
- Tomasello, M. (2009). *Why We Cooperate?* Cambridge: MIT Press.
- Trivers, R. (2002). *Natural Selection and Social Theory*. Oxford: Oxford University Press.